



**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2019**  
**PROCESSO Nº. 4313/2019**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA PARA MEI/ME/EPP PARA OS LOTES 01 E 02**  
**LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O LOTE 03**

**1. PREÂMBULO**

1.1. O Município de Ubatuba, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Haroldo Fernandes Duarte, torna público a realização da Licitação na modalidade Pregão, na forma Presencial, do tipo Menor Preço - Por Item, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 001/2012 e suas alterações, Decreto Federal 7.892/2013 e subsidiariamente às exigências do presente Edital.

1.2. A sessão pública terá início às **09:00 HORAS DO DIA 12 de março de 2019**, na Sala de Licitações, localizada no 1º andar do Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt.

1.3. Os envelopes serão protocolados às **09:00 HORAS DO DIA 12 de março de 2019**, na Sala de Licitações, localizada no 1º andar do Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt. O protocolo dos envelopes será de acordo com o constante no Item 10 do presente Edital.

**2. DO OBJETO**

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PÃES DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. O critério de julgamento será do tipo Menor Preço, sendo que a Licitante deverá formular sua proposta respeitando o (s) valor (es) máximo (s) fixado (s) neste Edital, sem possibilidade de ultrapassá-lo, sob pena de desclassificação.

2.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se a Licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

**3. DO PREÇO MÁXIMO**

3.1. O preço máximo deste certame está fixado em R\$ 315.286,90 (*trezentos e quinze mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa centavos*).

**4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

ÓRGÃO	DESPESA	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	FONTE DE RECURSO	VALOR DA DESPESA
0601	951	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	303	5.422,95
0201	1332	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	828,75
0304	1341	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	8.000,85
0402	1351	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	828,75
0511	1367	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	191.987,75
0701	1402	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	2.486,25
0801	1408	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	73.907,60
0903	1414	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	6.630,00
1002	1420	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	511	16.575,00
1101	1430	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	828,75
1202	1433	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	7.790,25

## 5. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

5.1. Conforme estabelecido no preâmbulo deste Edital, a presente Licitação estabelece cota de até 25% do objeto para a contratação de microempreendedor individual, microempresas e empresas de pequeno porte nos lotes 01 e 02, considerando a natureza divisível dos mesmos. Já o lote 03 foi destinado à ampla concorrência.

5.2. Nas cotas reservadas à microempreendedor individual, microempresas e empresas de pequeno porte, exclui-se o benefício de empate ficto previsto no item 14 do presente Edital.

5.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

5.4. Se a mesma Licitante for vencedora da cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

5.5. Será concedida prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

## 6. DOS ESCLARECIMENTOS

6.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, podendo ser enviado para o endereço eletrônico [licitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:licitacao@ubirata.pr.gov.br). As respostas prestadas pelo (a) Pregoeiro (a) serão disponibilizadas por meio eletrônico ao interessado e às demais interessadas no Portal da Transparência do município, junto aos demais documentos relativos ao processo licitatório.

## 7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

7.1. Até às 17 horas do 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública do presente Pregão, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

7.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:licitacao@ubirata.pr.gov.br), ou por petição protocolada junto à divisão de protocolos do Paço



Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, Ubatuba – Paraná, CEP 85.440-000, no horário das 08 às 17 horas, podendo, ainda, ser encaminhada via correio.

7.3. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao (a) Pregoeiro (a), devendo conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato.

7.4. Caberá ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas contadas do recebimento da mesma.

7.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7.6. As respostas às impugnações prestadas pelo (a) Pregoeiro (a) serão encaminhadas via e-mail ao impetrante e anexadas nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, as quais serão disponibilizadas ainda no Portal da Transparência do Município.

## **8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

8.1. Poderão participar desta licitação as pessoas legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste Edital.

8.2. Não poderão participar da presente licitação:

8.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

8.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubatuba, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

8.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

8.2.4. Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

8.2.5. Empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto da Licitação;

8.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

## **9. DA FORMA DE ENVIO DOS ENVELOPES**

9.1. Serão aceitos envelopes via correio ou outros serviços de entrega, desde que recebidas em envelope lacrado com entrega devidamente protocolada, dentro dos prazos previstos no presente Edital. Será de total responsabilidade da proponente qualquer extravio que possa ocorrer com o envelope, bem como atraso no seu recebimento pelo (a) Pregoeiro (a).

9.2. Caso a Licitante deseje enviar os envelopes via correio ou outros serviços de entrega, os mesmos deverão ser destinados à Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito



Alberoni Bittencourt, situado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, Ubatuba, Paraná, CEP 85.440-000.

9.3. As Propostas Comerciais e a Documentação de Habilitação deverão ser entregues em sessão pública, em envelopes fechados e indevassáveis na data e horário previsto no preâmbulo deste Edital, devendo ser devidamente protocolados na seguinte forma:

ENVELOPE 01: PROPOSTA DE PREÇOS  
RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE  
PREGÃO N.º 30/2019

ABERTURA DO ENVELOPE: 09:00 horas do dia 12 de março de 2019.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PÃES DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

ENVELOPE 02: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE  
PREGÃO N.º 30/2019

ABERTURA DO ENVELOPE: 09:00 horas do dia 12 de março de 2019.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PÃES DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

9.4. Deverão conter nos envelopes todos os documentos exigidos no presente Edital.

9.5. As empresas que enviarem envelopes via correio ou outros serviços de entrega deverão encaminhar Declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação (Modelo Anexo nº III) FORA DOS ENVELOPES, sob pena de desclassificação de sua proposta.

## **10. DA FORMA DE PROTOCOLO DOS ENVELOPES**

10.1. Os envelopes das Licitantes serão recebidos e protocolados pela Equipe de Apoio no horário e local previsto no preâmbulo do presente Edital.

10.2. Somente mediante a comunicação do (a) Pregoeiro (a), será encerrada a fase de recebimento dos envelopes.

10.3. Comunicado o término do recebimento dos envelopes e iniciada a fase de credenciamento dos representantes presentes, não serão aceitos envelopes de licitantes retardatárias.

## **11. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME**

11.1. Para participar da sessão o representante da proponente deverá apresentar FORA DOS ENVELOPES, após o protocolo:

11.1.1. Documento de identificação com foto em original ou cópia autenticada;



- 11.1.2. Procuração (Modelo Anexo nº II), em original ou cópia autenticada, com poderes específicos para formulação de propostas, lances, negociação e para a prática dos demais atos inerentes ao certame, com firma reconhecida em cartório;
- 11.1.3. Cópia autenticada do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 11.1.4. Declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação (Modelo Anexo nº III).
- 11.2. Dispensa-se a apresentação de Procuração nos casos em que o representante presente seja sócio, proprietário ou representante da Licitante e seu nome conste no ato constitutivo respectivo.
- 11.3. O credenciamento do representante da proponente, ou de seu representante legal, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para formulação de lances.
- 11.4. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma proponente.
- 11.5. Cada proponente credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
- 11.6. A ausência do credenciado ou da credencial não importará na exclusão da proponente no certame, admitindo-se sua proposta escrita, sem possibilidade de oferta de lances ou interposição de recursos.
- 11.7. Uma vez realizado o credenciamento das proponentes presentes, o (a) Pregoeiro (a) declarará encerrada esta etapa/fase, não sendo admitidos novos credenciados.

## **12. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS - ENVELOPE Nº 01**

- 12.1. Deverão estar inseridos no envelope 01 os seguintes documentos:
- 12.2. Proposta de Preços (Modelo Anexo nº IV), a qual deverá conter os elementos abaixo, sob pena de desclassificação:
- 12.2.1. O número e a modalidade da presente licitação;
- 12.2.2. Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ/MF da proponente;
- 12.2.3. Descrição do objeto ofertado, conforme requisitos mínimos estabelecidos em edital;
- 12.2.4. Preços unitários e totais (contendo no máximo duas casas decimais), em moeda brasileira corrente, grafado em algarismos e por extenso, prevalecendo no caso de divergência o menor valor apresentado;
- 12.2.6. Prazo de fornecimento, conforme estabelecido em edital;



12.2.7. Prazo de validade da proposta, contados a partir da data do recebimento das propostas pelo (a) Pregoeiro (a);

12.2.8. O prazo de garantia do (s) produto (s) ofertado (s), quando exigido em edital.

12.2.9. Conta bancária para pagamento, em nome da Licitante (Pessoa Jurídica).

12.3. Declaração de microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte (Modelo Anexo nº V), no caso de Microempreendedor Individual (MEI) Micro Empresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), que quiser usufruir os benefícios da LC nº 123/06.

12.4. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

12.4.1. Caso não conste descrito na proposta à validade da mesma e/ou os prazos de entrega e/ou garantia, serão considerados os mínimos previstos em edital.

12.5. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.

12.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

12.7. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da proponente ou procurador.

### **13. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02**

13.1. Deverão estar inseridos no envelope 01 os seguintes documentos:

13.1.1. Habilitação Jurídica:

A) Cópia autenticada do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.





C) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante

D) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante.

E) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

F) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

#### 13.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

A) Não será exigida qualificação econômico-financeira para esta licitação.

#### 13.1.4. Qualificação Técnica:

A) Alvará da Vigilância Sanitária em vigência.

#### 13.1.5. Documentação Complementar:

A) Declaração, sob penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Modelo Anexo nº VI).

13.2. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

13.3. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

13.4. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade e são dispensadas de autenticação. Quanto ao prazo de validade, independente de certidões emitidas através de internet ou não, quando a validade não estiver expressa no documento, o mesmo será aceito com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias do recebimento dos envelopes.

13.5. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

13.6. Certidão (ões) expedida (s) pela (s) Fazendas Federal, Estadual, Municipal, POSITIVA (S) para débitos será (ão) aceita (s) somente se a (s) mesma (s) contiver (em) expressamente o efeito NEGATIVO.



13.7. A Licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## **14. DO JULGAMENTO DO CERTAME**

14.1. No horário e local indicado será aberta a sessão do Pregão, iniciando-se com a entrega dos envelopes e em seguida o credenciamento dos interessados em participar do certame.

14.2. A Licitante que não possuir representante credenciado ficará impossibilitada de ofertar lances, interpor recursos ou se manifestar perante o (a) Pregoeiro (a) sobre os atos do Pregão.

14.3. Decorrido o credenciamento, o (a) Pregoeiro (a) procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, que deverão ser rubricadas por ele e membros da equipe de apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências contidas no edital.

14.4. Serão desclassificadas:

14.4.1. As propostas que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste Edital;

14.4.2. As propostas que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

14.4.3. As propostas que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

14.4.4. Os itens, lotes ou a proposta integral que extrapolem o valor máximo estipulado em edital, de acordo com o critério de julgamento estabelecido;

14.4.5. As propostas com preço manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 48, da Lei n.º 8.666/93.

14.5. Considerar-se-á inexequível a proposta ou lance que, quando diligenciado pelo (a) Pregoeiro (a), não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

14.5.1. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei n.º 8.666 de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

A) Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

B) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;



C) Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

D) Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

E) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

14.6. A análise das propostas pelo (a) Pregoeiro (a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

14.7. Não se admitirá proposta ou lances que apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da Licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

14.8. O (a) Pregoeiro (a) classificará a proposta de menor preço e as demais com valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço.

14.9. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que os representantes das proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas.

14.10. No caso de empate de ofertas, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de proponentes, realizando-se sorteio para definir a ordem dos lances.

14.11. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das proponentes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

14.12. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), implicará a exclusão da proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela proponente, para efeito de ordenação das propostas.

14.13. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances. Declarada encerrada a etapa de lances e ordenadas às propostas, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

14.14. Caso não exista lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o (a) Pregoeiro (a) negociar diretamente com o representante da proponente uma redução vantajosa do valor escrito.

14.15. No caso de empate entre duas ou mais propostas e que não haja lances de nenhuma das proponentes, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. (Lei 8.666/93, artigo 45 § 2º).



14.16. Em caso de empate ficto, será assegurado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, a preferência de contratação para microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte beneficiária do regime diferenciado e favorecido.

14.16.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

14.16.2. Ocorrendo o empate, o microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

14.16.3. Não ocorrendo à contratação do microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no item 14.16.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 14.16.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.16.5. Na hipótese da não contratação nos termos previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

14.16.6. O benefício estabelecido pela Lei Complementar 123/2006 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial tiver sido apresentada por empresas enquadradas no regime de grande porte.

14.17. Encerrada a classificação final das propostas, com proposta devidamente aceita, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o autor da proposta de menor valor para a obtenção de melhor preço.

14.18. Se a proposta não for aceita, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com a proponente para que seja obtido melhor preço.

14.19. Nesta fase, caso o Termo de Referência estabeleça, a sessão poderá ser suspensa para apresentação de amostras.

14.20. Aceita a proposta, será aberto o envelope de habilitação da empresa melhor classificada, a fim de verificar se foram apresentados todos os documentos de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação exigida em edital.



14.21. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.22. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.22.1. O requerimento poderá ser protocolado junto à Divisão de Protocolos do município, podendo ainda ser encaminhado via correio para o endereço constante no preâmbulo do presente edital, ou enviado para o e-mail [licitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:licitacao@ubirata.pr.gov.br).

14.23. A não regularização no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

14.24. Será inabilitado a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.25. Ocorrendo a inabilitação, o (a) Pregoeiro (a) convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

14.26. Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pela Licitante classificado em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) o declarará vencedor.

14.27. Todos os procedimentos referentes ao pregão constarão da respectiva ata da sessão, estando essas informações disponíveis para os demais participantes e também para todos os interessados no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos relativos ao processo licitatório.

14.28. Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes forem inabilitadas, poderá ser fixado prazo de oito dias úteis para a apresentação de novas propostas ou documentação com eliminação das causas que deram ensejo ao ato de desclassificação.

## **15. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DAS AMOSTRAS**

15.1. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no edital, o (a) Pregoeiro (a) exigirá que a Licitante classificada em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta.



15.2. Caso o Termo de Referência estabeleça a apresentação de amostra para os itens, as mesmas deverão ser apresentadas no prazo e local estabelecido, devendo ser apresentada amostra somente pela empresa melhor classificada para o item.

15.3. A apresentação de amostra suspenderá todos os atos da sessão posteriores à classificação final das Licitantes, inclusive a análise dos documentos de habilitação, os quais serão retomados em sessão pública após o julgamento das amostras.

15.4. A análise da amostra será realizada por equipe técnica previamente definida, a qual verificará se a mesma atende aos aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade constantes no Termo de Referência do Edital, a qual emitirá parecer escrito e fundamentado aprovando ou reprovando a amostra apresentada.

15.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo (a) Pregoeiro (a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta da Licitante será recusada.

15.6. É permitida a inspeção de amostras ou protótipos dos itens ofertados, entregues para julgamento. Pode a Licitante acompanhar a apresentação dos produtos ofertados pelos concorrentes, bem como a análise.

15.7. Se a (s) amostra(s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), o (a) Pregoeiro (a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

15.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

15.9. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo estabelecido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

15.10. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

15.11. Os resultados das análises serão disponibilizados no Portal da Transparência do Município, bem como encaminhados nos endereços eletrônicos constantes nas propostas das Licitantes.

15.12. As Licitantes que se sentirem prejudicadas durante a fase de apresentação e análise das amostras, poderão recorrer após a reabertura da sessão, constando suas razões na ata da sessão, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da declaração do vencedor, conforme constante no art. 4, inciso XVIII da Lei nº 10.520/02.

15.13. Nos casos em que se exija a apresentação de amostra, porém, os envelopes de habilitação das Licitantes já tenham sido abertos e analisados em face da adjudicação de itens e não haja necessidade de reabertura da sessão, as Licitantes que se sentirem prejudicadas quanto à análise

das amostras poderão recorrer quanto à decisão do Pregoeiro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do julgamento das amostras, conforme estabelecido pelo art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93.

## **16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado, na análise dos documentos de habilitação ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

16.1.3. No caso em que todas as licitantes forem desclassificadas e seja concedido prazo para apresentação de nova proposta ou documentação.

16.1.4. No caso de suspensão da sessão para apresentação e julgamento de amostras.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta, sendo a convocação disponibilizada no Portal da Transparência do Município e encaminhada ao endereço eletrônico constante na proposta das Licitantes.

## **17. DOS RECURSOS**

17.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer contra qualquer etapa do procedimento, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar memorial de recurso, facultando-se às demais proponentes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr imediatamente após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.2. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo (a) Pregoeiro (a) ao vencedor.

17.3. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o (a) Pregoeiro (a) examinará o recurso e contrarrazões, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decisão.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**



18.1. O objeto da licitação será adjudicado a Licitante declarado vencedor, por ato do (a) Pregoeiro (a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **19. DA FORMALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

19.1. Homologado o objeto da presente licitação, o Município de Ubatuba convocará ou enviará a licitante vencedora a Ata de Registro de Preços para assinatura que deverá ser assinado e/ou remetido a Divisão de Licitações no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, com aplicação das sanções previstas em edital.

19.2. O prazo para devolução da Ata poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.

19.3. Em caso de recusa da Licitante vencedora em assinar a Ata nos prazos e condições estabelecidas em edital, o Município poderá convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93.

19.4. A existência de preços registrados não obriga o município a firmar contratações que deles possam advir.

19.5. Para a aquisição do objeto do presente registro de preços, o município se reserva ao direito de considerar as notas de empenho, autorizações de compras ou ordens de execução de serviços como instrumento de contrato, de acordo com o previsto no art. 62, caput da Lei 8.666/93.

19.6. A Ata de Registro de Preços vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Sujeitam-se as Licitantes as seguintes penalidades:

20.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubatuba por até 2 (dois) anos à Licitante que:

- I - Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- II - Fizer declaração falsa;
- III - Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;
- IV - Omitir o real enquadramento da empresa.





20.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubatuba por até 1 (um) ano à Licitante que:

I - Não mantiver proposta;

II - Recusar-se injustificadamente em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

20.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:

I - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.

20.2. A aplicação de penalidades decorrerá de abertura de processo administrativo sancionatório, condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia quando prevista na legislação federal.

20.3. As sanções administrativas pelo não cumprimento de cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços constam no Termo de Referência e na Minuta da Ata.

## **21. DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. O Município de Ubatuba poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

21.3. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

21.3.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

21.3.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.4. Em documentos solicitados neste edital em que se exija cópia autenticada, a autenticação poderá ser feita por servidor autorizado do Município anteriormente ao início da sessão ou durante a realização da mesma, desde que o representante da Licitante possua no ato os documentos originais. Em ambos os casos, a autenticação somente será realizada mediante apresentação dos documentos ORIGINAIS.



21.5. Declarações cujos modelos constem no presente Edital não precisam ser autenticadas. Documentos e Certidões expedidas via internet sujeitam-se a verificação de sua autenticidade e validade no ato da sessão, em seu próprio site de emissão.

21.6. A ausência de assinatura em quaisquer documentos exigidos nesta Licitação poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata.

21.7. É facultado ao (a) Pregoeiro (a) a impressão de quaisquer declarações exigidas neste Edital caso as mesmas não tenham sido apresentadas pela Licitante, devendo o representante possuir poderes para assiná-las e o fato ser registrado em ata.

21.8. É facultado ao (à) Pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.13. Não se permitirá a qualquer das proponentes solicitar a retirada de envelope(s) ou cancelamento de propostas após a sua entrega, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

21.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.16. Depois de concluída a licitação e assinado o contrato de fornecimento, os envelopes não abertos, contendo a documentação das demais licitantes ficarão em posse do (a) Pregoeiro (a) à disposição dos licitantes pelo período de 05 (cinco) dias, após o que serão destruídos.



21.17. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes.

21.18. Ficam desobrigados os servidores do Município ou membros da equipe de apoio a conferir quaisquer documentos referentes a presente licitação antes da data prevista para a realização do certame. Caso ocorra, eventuais falhas não serão de responsabilidade dos mesmos.

21.19. É terminantemente proibido que os representantes das licitantes tirem fotos de quaisquer documentos dos demais participantes no momento da licitação. Os mesmos poderão ser solicitados por escrito na Divisão de Protocolos do Município

21.20. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal da Transparência do Município, localizado no site [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br). Todos os documentos originados do presente procedimento serão anexados juntamente com o edital respectivo.

21.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Procuração;

ANEXO III – Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação;

ANEXO IV – Modelo de Proposta

ANEXO V – Modelo de Declaração de ME/EPP

ANEXO VI – Modelo de Declaração de Sujeição ao Inciso XXXIII da Constituição Federal;

ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Ubiratã - Paraná, 20 de fevereiro de 2019.

**HAROLDO FERNANDES DUARTE**

Prefeito

**ISABELA SILVA MONTANHA**

Pregoeira, nomeada conforme Portaria 186/2019



## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 30/2019**  
**PROCESSO N°. 4313/2019**

### **REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA PARA MEI/ME/EPP PARA OS LOTES 01 E 02**  
**LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O LOTE 03**

#### **1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

1.1. A contratação do objeto em questão objetiva o fornecimento de pão francês tem por finalidade básica atender as necessidades da merenda nas escolas e creches, pois é um alimento que contribui para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados na rede municipal de ensino. O alimento, também beneficia e apoia a rede socioassistencial, destinado aos usuários dos serviços sociais do município. Além disso, a aquisição dos pães também visa servir uma refeição matinal aos servidores no início dos trabalhos contribuindo para o rendimento diário e prover lanche quando houver reuniões das secretarias.

#### **2. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

2.1. A presente licitação, do tipo Menor Preço - Por Item tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PÃES DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

#### **3. DETALHAMENTO DO OBJETO**

3.1. Visa-se a aquisição dos produtos/bens/materiais nas seguintes especificações e quantidades estimadas:

##### **COTA EXCLUSIVA - DESTINADA PARA MEI/ME/EPP**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	1	Pão Francês 50g, composto basicamente de farinha de trigo, água, sal, fermento biológico e melhorador de farinha.	120.900	UN.	0,65	78.585,00

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
2	1	Pão de forma fatiado acondicionado em embalagem plástica com 400g a 500g de peso líquido do produto	200	UN.	4,00	800,00

##### **AMPLA CONCORRÊNCIA**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
3	1	Pão Francês 50g, composto basicamente de farinha de trigo, água, sal, fermento biológico e melhorador de farinha.	362.926	UN.	0,65	235.901,90



#### 4. REFERENCIAL DE MARCAS

4.1. Para o presente procedimento, não houve referência de marcas.

#### 5. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

5.1. Será obrigatória a apresentação de amostra, apenas para os itens dos lotes 01 e 03.

5.1.1. A licitante deverá apresentar no mínimo (01) uma unidade de pão francês.

5.2. A amostra poderá ser apresentada no decorrer da sessão, (no momento do certame, após o julgamento da proposta) apenas da licitante classificada em 1º lugar ou em até (02) dois dias úteis contados da data do certame.

5.2.1. Caso a licitante opte por apresentar posterior a sessão, a amostra deverá ser entregue no na Divisão de Compras, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, Ubatuba – Paraná, CEP 85.440-000, das 8 às 11:30 horas e das 13:30 das 16:30 horas.

5.3. As amostras serão analisadas pelas servidoras Isabela Silva Montanha e Claudine Leffer Esquianti, os quais examinarão de acordo com os seguintes critérios: qualidade, sabor, aspecto, grau de cocção e peso, entre outros critérios, uma vez que se trata de alimentos que compõem o cardápio elaborado pelas nutricionistas da Secretaria de Educação e são destinados às crianças atendidas pelo município.

5.4. A equipe deverá elaborar laudo de análise da amostra, descrevendo quais testes foram elaborados durante a análise.

5.5. As Licitantes que se sentirem prejudicadas pela análise da amostra poderão recorrer nos prazos e condições estabelecidas pelo Edital.

#### 6. LOCAL DE ENTREGA

6.1. Os produtos deverão ser entregues nos endereços abaixo relacionados, a partir das 6 horas até às 9 horas, conforme locais e dias da semana abaixo descritos.

Secretaria da Ação Social (Pão francês)				
Qtde (diária)	Unid.	Dia de Entrega	Local de Entrega	Total Anual
150	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	SOS – Rua Rio Branco, s/n – Jardim Josefina II	38250
80	Unid.	Seg/Qua/Sex	Projeto Curumim Unidade I – Ubatuba – Rua Benjamim Constant, esquina com a Rua Brasília	12160
80	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Projeto Curumim Unidade II – Distrito de Yolanda - Rua Santa Catarina, nº135	20400
100	Unid.	Ter/Sex	Centro de Convivência de Idosos – Ubatuba – Avenida Raimundo Soares do Nascimento, s/n	10100
30	Unid.	Seg/Qua/Sex	Centro de Convivência de Idosos – Distrito de Yolanda - Avenida Waldir de Oliveira, s/n	4560
10	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex/Sab/Dom	Casa Lar – Rua Mato Grosso, nº1150	3670
60	Unid.	Ter/Qui	CRAS – Rua Paraná, nº81 – Vila Recife	6180
100	Unid.	Seg/Qua/Sex	CRAS – Rua Paraná, nº81 – Vila Recife	15200
8	Unid.	Seg/Ter/Qua/Sex	CREAS - Av. Yolanda Loureiro de Carvalho, nº 1180	1624
30	Unid.	Qui	CREAS - Av. Yolanda Loureiro de Carvalho, nº 1180	1560

<b>Total</b>	<b>113704</b>
<b>Total (R\$)</b>	<b>R\$ 73.907,60</b>

**Secretaria da Administração (Pão francês)**

<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
5	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	PrevCidade - Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 2090	1275
12	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex/Sab/Dom	Posto de Bombeiros Comunitários - Avenida João Pipino, s/nº	4404
26	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Paço Municipal - Av. Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852	6630
<b>Total</b>				<b>12309</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 8.000,85</b>

**Secretaria do Desenvolvimento Econômico (Pão francês)**

<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
20	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Recitã – Av. Nilza de Oliveira Pipino, s/nº	5100
7	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Agência do Trabalhador - Av. Yolanda Loureiro de Carvalho, nº 1044	1785
10	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Divisão de Meio Ambiente e Turismo - Rua Ypê Amarelo, nº 160	2550
10	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Prédio da Secretaria - Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 2090	2550
<b>Total</b>				<b>11985</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 7.790,25</b>

**Secretaria da Educação e Cultura (Pão francês)**

<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
125	Unid.	Segunda-feira	CMEI Pingo de Gente – Rua Benjamim Constant, s/n	6625
101	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Arte de Crescer – Av. Clodoaldo de Oliveira, nº 1817	15352
163	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Boa Vista – Av. Raimundo Soares do Nascimento, nº 636	24776
66	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Nossa Senhora Aparecida – Rua Santa Catarina, nº 135 (Distrito de Yolanda)	10032
88	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Nosso Lar – Av. João Medeiros, nº 2191	13376
70	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Dona Mariquinha – Av. Nilza de Oliveira Pipino, s/nº	10640
140	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Lugar de Gente Feliz – Rua Rio Branco, s/nº	21280
145	Unid.	Seg/Qua/Sex	Escola Municipal Dr. Gentil Toledo Moraes – Rua Raimundo Soares do Nascimento, s/n	22040
150	Unid.	Seg/Qua/Sex	Escola Municipal Cleide Maria Zampronio – Rua Moacir Carmona Fogaça nº 17, conjunto JK	22800
120	Unid.	Ter/Qua/Sex	Projeto AABB Comunidade – Rua Bahia, esquina com a Av. Nilza de Oliveira Pipino	18000
281	Unid.	Segunda-feira	Escola Municipal Edília Amorin de Quadros – Rua Duque de Caxias, nº 822	14893
10	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Centro Cultural - Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 733 – Centro	2550
95	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Raio de Luz - Av. Yolanda Loureiro de Carvalho, nº 185 – Centro	14440
192	Unid.	Segunda-feira	Escola Mun. Monteiro Lobato - Rua Ernesto Novaes de Souza, s/nº - Centro	10176
81	Unid.	Segunda-feira	Escola Mun. Porto dos Santos - Av. Stelio Machado Loureiro – nº 290 – Distrito de Yolanda	4293
352	Unid.	Segunda-feira	Escola Mun. Profº Furusato Tomio - Rua Belo Horizonte, nº 169 – Jardim Josefina	18656
62	Unid.	Segunda-feira	Escola Mun. João Bertoli - Estrada Medeiros – Comunidade São João	3286
380	Unid.	Segunda-feira	Escola Mun. Cleide Borges Reis - Rua Bahia, nº 954 – Centro	20140
420	Unid.	Segunda-feira	Escola Mun. Lucinéia Ricardo Braciforte - Prolongamento da Av. Yolanda Loureiro de Carvalho, nº 1820 – Parque das Flores	22260





6	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Transporte Escolar - Av. João Medeiros, s/nº (Localizado entre o Posto de Saúde e o Restaurante Popular)	1530
10	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Secretaria da Educação - Rua Princesa Izabel, nº 1593 – Centro	2550
140	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI a inaugurar a partir de agosto (localizado próximo a Escola Lucinéia Braciforte)	14440
<b>Total</b>				<b>294135</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 191.187,75</b>

<b>Secretaria da Educação e Cultura (Pão de forma)</b>				
<b>Qtde</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
200	Unid.	Conforme solicitação da Secretaria	Conforme solicitação da Secretaria	200
<b>Total</b>				<b>200</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 800,00</b>

<b>Secretaria de Esportes e Lazer (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
15	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Ginásio de Esportes – Rua Brasília, S/Nº.	3825
<b>Total</b>				<b>3825</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 2.486,25</b>

<b>Secretaria de Serviços Urbanos e Pavimentação (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
100	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Prédio da Secretaria - Rua Floriano Peixoto, S/Nº.	25500
<b>Total</b>				<b>25500</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 16.575,00</b>

<b>Secretaria de Viação e Serviços Rurais (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
40	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Prédio da Secretaria - Av João Medeiros, S/Nº.	10200
<b>Total</b>				<b>10200</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 6.630,00</b>

<b>Secretaria da Saúde (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
4	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex/Sab/Dom	SAMU - Avenida João Pipino, s/nº	1468
25	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	CAPS – Avenida Ascanio Moreira de Carvalho, nº1333	6375
500	Unid.	Conforme solicitação	Eventos diversos	500
<b>Total</b>				<b>8343</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 5.422,95</b>

<b>Gabinete (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
5	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Conselho Tutelar - Rua Ernesto Novaes de Souza, nº 1032	1275
<b>Total</b>				<b>1275</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 828,75</b>

<b>Secretaria de Finanças (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
5	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Paço Municipal - Av. Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852	1275
<b>Total</b>				<b>1275</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 828,75</b>



Secretaria de Obras (Pão francês)				
Qtde (diária)	Unid.	Dia de Entrega	Local de Entrega	Total Anual
5	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Paço Municipal - Av. Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852	1275
			<b>Total</b>	<b>1275</b>
			<b>Total (R\$)</b>	<b>R\$ 828,75</b>

## 7. PRAZOS

7.1. O prazo de entrega dos produtos será de conforme cronograma acima. Contudo, caso haja alguma modificação a licitante será informada e deverá se adequar e realizar as entregas no dia posterior a contar do recebimento da Ordem de Compras, encaminhada pela Divisão de Compras do Município.

7.2. O prazo para entrega dos produtos que venham a ser substituídos será de metade do prazo estipulado para entrega.

7.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o de início e inclui-se o do vencimento.

## 8. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos produtos/bens/materiais será de maneira fracionada, balizando-se na necessidade da secretaria requisitante, devendo o fornecimento ocorrer pelo período de doze meses, sendo este o prazo de vigência do registro de preços.

8.2. Os produtos/bens/materiais deverão ser fornecidos com a mesma qualidade e características, da amostra apresentada e aprovada, conforme especificações, prazo e local constantes no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.3. O pão deverá ser preparado pela empresa em local próprio, devidamente equipado e que apresente condições adequadas ao pleno funcionamento, de acordo com as normas de vigilância sanitária, sendo o local vistoriado a cada três meses ou de acordo com solicitação.

8.4. Os produtos/bens/materiais deverão ser entregues em veículo próprio, transportadoras ou outros serviços de entrega condizentes com a vigilância sanitária.

8.5. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

8.6. Comunicar ao Município, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

## 9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

9.1. Os produtos/bens/materiais serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

9.2. O município reserva-se o direito de não receber os produtos fornecidos que não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas no Edital.

9.3. O recebimento de produtos/bens/materiais de valor superior ao limite estabelecido no art. 15, § 8º da Lei 8.666/93, será realizado por comissão de, no mínimo, 3 (três) membros previamente nomeados.

9.4. A empresa é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ainda que tenha sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

9.5. O produto/bem que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

## 10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento ocorrerá no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

10.2. Quando se tratar de produtos/bens/materiais para mais de uma secretaria, a empresa deverá faturar notas fiscais distintas, sendo uma nota fiscal por secretaria, a qual deverá englobar todas as unidades respectivas à secretaria.

10.3. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

10.4. Para liberação do pagamento à empresa, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal da Ata obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

10.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

10.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

10.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.5. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

ÓRGÃO	DESPESA	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	FONTE DE RECURSO	VALOR DA DESPESA
0601	951	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	303	5.422,95
0201	1332	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	828,75
0304	1341	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	8.000,85

0402	1351	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	828,75
0511	1367	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	191.987,75
0701	1402	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	2.486,25
0801	1408	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	73.907,60
0903	1414	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	6.630,00
1002	1420	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	511	16.575,00
1101	1430	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	828,75
1202	1433	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	7.790,25

## 11. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 12. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

12.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a fornecedora será convocada para que promova a redução dos preços.

12.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a fornecedora será liberada do compromisso assumido, podendo o município convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

12.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a fornecedora não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

12.3.1. Procedente o pedido, o município poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela fornecedora, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.



12.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo município, a fornecedora será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo município e a fornecedora continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da fornecedora e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

12.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o município poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos produtos pelo preço registrado.

### **13. DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

13.1. São direitos e responsabilidades das partes àquelas previstas na Cláusula Décima Terceira da Minuta da Ata de Registro de Preços.

### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Na eventual contratação, se sujeita a fornecedora às penalidades previstas na Cláusula Décima Quinta da Minuta da Ata de Registro de Preços pela inexecução parcial ou total do objeto contratado.



## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO

Referente ao Pregão Presencial 30/2019.

A proponente \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, o (a) senhor (a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, declara que o (a) Senhor (a) \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, é a pessoa indicada para nos representar no referido certame, com poderes específicos para firmar declarações, formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal  
CPF nº \_\_\_\_\_  
RG nº \_\_\_\_\_



### ANEXO III

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO.**

Referente ao Pregão Presencial nº 30/2019.

O signatário da presente declara, em nome da proponente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, para todos os fins de direito, ter pleno conhecimento, bem como, atender a todas as exigências relativas a habilitação no presente certame. Declara, ainda, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da Lei e que não está suspenso de licitar e contratar com o Município de Ubatuba, tampouco inidôneo em qualquer esfera da Administração Pública.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº



## ANEXO IV

### MODELO DE PROPOSTA

NOME DA LICITANTE

Nº DO CNPJ

Endereço, Cidade e Estado.

Nº do Telefone.

Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Presencial nº 30/2019.

Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa ao fornecimento do objeto do Pregão em epígrafe.

O valor global para fornecimento do objeto acima é de R\$- (valor por extenso).

O prazo de fornecimento é de (inserir o prazo) dias contados do recebimento da Ordem de Compras.

O prazo de validade da proposta de preços é de (inserir prazo) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento dos envelopes pelo Pregoeiro.

Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

#### RELAÇÃO DE ITENS COTADOS:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
TOTAL					R\$-	

Observação: Constar garantia para cada item, quando solicitado garantia em edital.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº



## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Referente ao Pregão Presencial 30/2019

O signatário da presente, o (a) senhor (a) \_\_\_\_\_, representante legalmente constituído da proponente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara sob as penas da Lei, que a mesma está estabelecida sob o regime legal de (*microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte*), conforme conceito legal e fiscal de nosso ordenamento pátrio, podendo usufruir os benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº



## ANEXO VI

### MODELO DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Referente ao Pregão Presencial nº 30/2019.

O signatário da presente, o (a) senhor (a) \_\_\_\_\_, representante legalmente constituído da proponente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº

## ANEXO VII

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Haroldo Fernandes Duarte, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. N.º 1.847.057-8 PR e inscrito no CPF n.º 960.951.728-53, considerando o julgamento do Pregão Presencial n.º 30/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 10.520/02, na Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores, do Código de Defesa do Consumidor e pelo Decreto Federal 7.892/2013.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PÃES DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS**

#### 2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Visa-se a aquisição dos produtos/bens/materiais nas seguintes especificações e quantidades estimadas:

##### COTA EXCLUSIVA - DESTINADA PARA MEI/ME/EPP

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	1	Pão Francês 50g, composto basicamente de farinha de trigo, água, sal, fermento biológico e melhorador de farinha.	120.900	UN.	0,65	78.585,00

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
2	1	Pão de forma fatiado acondicionado em embalagem plástica com 400g a 500g de peso líquido do produto	200	UN.	4,00	800,00

##### AMPLA CONCORRÊNCIA

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
3	1	Pão Francês 50g, composto basicamente de farinha de trigo, água, sal, fermento biológico e melhorador de farinha.	362.926	UN.	0,65	235.901,90

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

3.1. As contratações decorrentes da presente Ata serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei 8.666/93

### 4. CLÁUSULA QUARTA - VALOR REGISTRADO

4.1. O valor global registrado é de R\$ 315.286,90 (trezentos e quinze mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa centavos).

4.2. As despesas para atender o registro estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

ÓRGÃO	DESPESA	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	FONTE DE RECURSO	VALOR DA DESPESA
0601	951	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	303	5.422,95
0201	1332	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	828,75
0304	1341	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	8.000,85
0402	1351	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	828,75
0511	1367	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	191.987,75
0701	1402	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	2.486,25
0801	1408	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	73.907,60
0903	1414	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	6.630,00
1002	1420	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	511	16.575,00
1101	1430	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	828,75
1202	1433	339030079900	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Próprio	7.790,25

### 5. CLÁUSULA QUINTA - VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura da mesma, sem possibilidade de prorrogação.

### 6. LOCAL DE ENTREGA

6.1. Os produtos deverão ser entregues nos endereços abaixo relacionados, a partir das 6 horas até às 9 horas, conforme locais e dias da semana abaixo descritos.

Secretaria da Ação Social (Pão francês)				
Qtde (diária)	Unid.	Dia de Entrega	Local de Entrega	Total Anual
150	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	SOS – Rua Rio Branco, s/n – Jardim Josefina II	38250
80	Unid.	Seg/Qua/Sex	Projeto Curumim Unidade I – Ubatã – Rua Benjamim Constant, esquina com a Rua Brasília	12160
80	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Projeto Curumim Unidade II – Distrito de Yolanda - Rua Santa Catarina, nº135	20400
100	Unid.	Ter/Sex	Centro de Convivência de Idosos – Ubatã – Avenida Raimundo Soares do Nascimento, s/n	10100
30	Unid.	Seg/Qua/Sex	Centro de Convivência de Idosos – Distrito de Yolanda - Avenida Waldir de Oliveira, s/n	4560
10	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex/Sab/Dom	Casa Lar – Rua Mato Grosso, nº1150	3670
60	Unid.	Ter/Qui	CRAS – Rua Paraná, nº81 – Vila Recife	6180
100	Unid.	Seg/Qua/Sex	CRAS – Rua Paraná, nº81 – Vila Recife	15200
8	Unid.	Seg/Ter/Qua/Sex	CREAS - Av. Yolanda Loureiro de Carvalho, nº 1180	1624
30	Unid.	Qui	CREAS - Av. Yolanda Loureiro de Carvalho, nº 1180	1560
<b>Total</b>				<b>113704</b>



<b>Total (R\$)</b>	<b>R\$ 73.907,60</b>
--------------------	--------------------------

<b>Secretaria da Administração (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
5	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	PrevCidade - Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 2090	1275
12	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex/Sab/Dom	Posto de Bombeiros Comunitários - Avenida João Pipino, s/nº	4404
26	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Paço Municipal - Av. Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852	6630
<b>Total</b>				<b>12309</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 8.000,85</b>

<b>Secretaria do Desenvolvimento Econômico (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
20	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Recitã – Av. Nilza de Oliveira Pipino, s/nº	5100
7	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Agência do Trabalhador - Av. Yolanda Loureiro de Carvalho, nº 1044	1785
10	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Divisão de Meio Ambiente e Turismo - Rua Ypê Amarelo, nº 160	2550
10	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Prédio da Secretaria - Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 2090	2550
<b>Total</b>				<b>11985</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 7.790,25</b>

<b>Secretaria da Educação e Cultura (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
125	Unid.	Segunda-feira	CMEI Pingo de Gente – Rua Benjamim Constant, s/n	6625
101	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Arte de Crescer – Av. Clodoaldo de Oliveira, nº1817	15352
163	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Boa Vista – Av. Raimundo Soares do Nascimento, nº 636	24776
66	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Nossa Senhora Aparecida – Rua Santa Catarina, nº135 (Distrito de Yolanda)	10032
88	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Nosso Lar – Av. João Medeiros, nº2191	13376
70	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Dona Mariquinha – Av. Nilza de Oliveira Pipino, s/nº	10640
140	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Lugar de Gente Feliz – Rua Rio Branco, s/nº	21280
145	Unid.	Seg/Qua/Sex	Escola Municipal Dr. Gentil Toledo Moraes – Rua Raimundo Soares do Nascimento, s/n	22040
150	Unid.	Seg/Qua/Sex	Escola Municipal Cleide Maria Zampronio – Rua Moacir Carmona Fogaça nº17, conjunto JK	22800
120	Unid.	Ter/Qua/Sex	Projeto AABB Comunidade – Rua Bahia, esquina com a Av. Nilza de Oliveira Pipino	18000
281	Unid.	Segunda-feira	Escola Municipal Edília Amorin de Quadros – Rua Duque de Caxias, nº822	14893
10	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Centro Cultural - Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 733 – Centro	2550
95	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI Raio de Luz - Av. Yolanda Loureiro de Carvalho, nº 185 – Centro	14440
192	Unid.	Segunda-feira	Escola Mun. Monteiro Lobato - Rua Ernesto Novaes de Souza, s/nº - Centro	10176
81	Unid.	Segunda-feira	Escola Mun. Porto dos Santos - Av. Stelio Machado Loureiro – nº 290 – Distrito de Yolanda	4293
352	Unid.	Segunda-feira	Escola Mun. Profº Furusato Tomio - Rua Belo Horizonte, nº 169 – Jardim Josefina	18656
62	Unid.	Segunda-feira	Escola Mun. João Bertoli - Estrada Medeiros – Comunidade São João	3286
380	Unid.	Segunda-feira	Escola Mun. Cleide Borges Reis - Rua Bahia, nº 954 – Centro	20140
420	Unid.	Segunda-feira	Escola Mun. Lucinéia Ricardo Braciforte - Prolongamento da Av. Yolanda Loureiro de Carvalho, nº 1820 – Parque das Flores	22260





6	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Transporte Escolar - Av. João Medeiros, s/nº (Localizado entre o Posto de Saúde e o Restaurante Popular)	1530
10	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Secretaria da Educação - Rua Princesa Izabel, nº 1593 – Centro	2550
140	Unid.	Seg/Qua/Sex	CMEI a inaugurar a partir de agosto (localizado próximo a Escola Lucinéia Braciforte)	14440
<b>Total</b>				<b>294135</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 191.187,75</b>

<b>Secretaria da Educação e Cultura (Pão de forma)</b>				
<b>Qtde</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
200	Unid.	Conforme solicitação da Secretaria	Conforme solicitação da Secretaria	200
<b>Total</b>				<b>200</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 800,00</b>

<b>Secretaria de Esportes e Lazer (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
15	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Ginásio de Esportes – Rua Brasília, S/Nº.	3825
<b>Total</b>				<b>3825</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 2.486,25</b>

<b>Secretaria de Serviços Urbanos e Pavimentação (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
100	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Prédio da Secretaria - Rua Floriano Peixoto, S/Nº.	25500
<b>Total</b>				<b>25500</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 16.575,00</b>

<b>Secretaria de Viação e Serviços Rurais (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
40	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Prédio da Secretaria - Av João Medeiros, S/Nº.	10200
<b>Total</b>				<b>10200</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 6.630,00</b>

<b>Secretaria da Saúde (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
4	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex/Sab/Dom	SAMU - Avenida João Pipino, s/nº	1468
25	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	CAPS – Avenida Ascanio Moreira de Carvalho, nº1333	6375
500	Unid.	Conforme solicitação	Eventos diversos	500
<b>Total</b>				<b>8343</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 5.422,95</b>

<b>Gabinete (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
5	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Conselho Tutelar - Rua Ernesto Novaes de Souza, nº 1032	1275
<b>Total</b>				<b>1275</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 828,75</b>

<b>Secretaria de Finanças (Pão francês)</b>				
<b>Qtde (diária)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Dia de Entrega</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Total Anual</b>
5	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Paço Municipal - Av. Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852	1275
<b>Total</b>				<b>1275</b>
<b>Total (R\$)</b>				<b>R\$ 828,75</b>

Secretaria de Obras (Pão francês)				
Qtde (diária)	Unid.	Dia de Entrega	Local de Entrega	Total Anual
5	Unid.	Seg/Ter/Qua/Qui/Sex	Paço Municipal - Av. Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852	1275
			<b>Total</b>	<b>1275</b>
			<b>Total (R\$)</b>	<b>R\$ 828,75</b>

## 7. PRAZOS

7.1. O prazo de entrega dos produtos será de conforme cronograma acima. Contudo, caso haja alguma modificação a licitante será informada e deverá se adequar e realizar as entregas no dia posterior a contar do recebimento da Ordem de Compras, encaminhada pela Divisão de Compras do Município.

7.2. O prazo para entrega dos produtos que venham a ser substituídos será de metade do prazo estipulado para entrega.

7.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o de início e inclui-se o do vencimento.

## 8. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos produtos/bens/materiais será de maneira fracionada, balizando-se na necessidade da secretaria requisitante, devendo o fornecimento ocorrer pelo período de doze meses, sendo este o prazo de vigência do registro de preços.

8.2. Os produtos/bens/materiais deverão ser fornecidos com a mesma qualidade e características, da amostra apresentada e aprovada, conforme especificações, prazo e local constantes no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.3. O pão deverá ser preparado pela empresa em local próprio, devidamente equipado e que apresente condições adequadas ao pleno funcionamento, de acordo com as normas de vigilância sanitária, sendo o local vistoriado a cada três meses ou de acordo com solicitação.

8.4. Os produtos/bens/materiais deverão ser entregues em veículo próprio, transportadoras ou outros serviços de entrega condizentes com a vigilância sanitária.

8.5. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

8.6. Comunicar ao Município, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

## 9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

9.1. Os produtos/bens/materiais serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

9.2. O município reserva-se o direito de não receber os produtos fornecidos que não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas no Edital.

9.3. O recebimento de produtos/bens/materiais de valor superior ao limite estabelecido no art. 15, § 8º da Lei 8.666/93, será realizado por comissão de, no mínimo, 3 (três) membros previamente nomeados.

9.4. A empresa é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ainda que tenha sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

9.5. O produto/bem que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

## **10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

10.1. O pagamento ocorrerá no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

10.2. Quando se tratar de produtos/bens/materiais para mais de uma secretaria, a empresa deverá faturar notas fiscais distintas, sendo uma nota fiscal por secretaria, a qual deverá englobar todas as unidades respectivas à secretaria.

10.3. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

10.4. Para liberação do pagamento à empresa, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal da Ata obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

10.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

10.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

10.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## **11. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

11.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **12. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

12.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a fornecedora será convocada para que promova a redução dos preços.

12.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a fornecedora será liberada do compromisso assumido, podendo o município convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

12.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a fornecedora não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

12.3.1. Procedente o pedido, o município poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela fornecedora, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

12.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo município, a fornecedora será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo município e a fornecedora continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da fornecedora e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

12.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o município poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos produtos pelo preço registrado.

## **13. DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

13.1. São direitos e responsabilidades das partes àquelas previstas na Cláusula Décima Terceira da Minuta da Ata de Registro de Preços.

#### 14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Caberá ao (a) servidor (a) Neri Wanderlind, lotado (a) na Secretaria da Administração a gestão da contratação. E por sua vez a fiscalização ficará a cargo dos (as) servidores (as), conforme a seguir:

<b>Fiscal Titular</b>	<b>Secretaria</b>
Everton Luiz da Silva	Gabinete
Emerson Rogério Teixeira	Secretaria de Esportes e Lazer
Maria Luiza de Oliveira Iacono	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Claudine Leffer Esquianti	Secretaria de Educação
Géssica Karoline dos Santos Rocatelli	Secretaria de Saúde
Acácia Amaral	Secretaria de Obras
Daniely Seren	Secretaria de Finanças
Silvana Salvetti	Secretaria da Administração
Altair da Silva Pereira	Secretaria de Assistência Social
Arthur Derciero da Mota	Secretaria de Serviços Urbanos e Pavimentação
Delair Fernando da Luz Maciel	Secretaria de Serviços Rurais e Viação.

14.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA, pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

14.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do município, não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

14.4. As comunicações entre FORNECEDORA e MUNICÍPIO devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.5. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 73/2019.

#### 15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PELO INADIMPLEMENTO.

15.1. Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação, de falha na execução ou de inexecução total, a FORNECEDORA poderá sofrer as seguintes sanções:

15.1.1. Multa de 3% (três por cento) no caso de atraso injustificado na entrega, de cada pedido ou etapa, bem como na substituição quando o material, gênero ou equipamento que apresentar vício, defeito ou imperfeição, ainda que recebido definitivamente o objeto da prestação;

15.1.2. Multa de 5% (cinco por cento) ao dia por atraso injustificado na entrega, de cada pedido ou etapa, bem como na substituição quando o material, gênero ou equipamento que apresentar vício, defeito ou imperfeição, ainda que recebido definitivamente o objeto da prestação;



- 15.1.3. Multa de 20% (vinte por cento) pela inexecução total ou parcial, sem prejuízo das penalidades previstas nos itens 15.1.1 e 15.1.2;
- 15.1.4. Multa de 25% (vinte e cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata durante a execução da mesma, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único, em que ocorreu o fato.
- 15.2. As multas previstas nos itens 15.1.1 e 15.1.2 serão aplicadas concomitantemente.
- 15.3. As multas previstas nos itens 15.1.1 e 15.1.2 serão aplicadas em dobro nos casos de reincidência.
- 15.4. As multas previstas serão aplicadas sobre o valor da parcela inadimplida, exceto nos casos de inexecução total da Ata.
- 15.5. Será configurada a inexecução parcial da Ata de Registro de Preços na hipótese de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal da Ata e também na hipótese do atraso injustificado na entrega do objeto, previsto nos itens 15.1.1 e 15.1.2.
- 15.6. Será configurada a inexecução total da Ata de Registro de Preços na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal e também quando houver atraso injustificado na entrega do objeto.
- 15.7. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência prevista no artigo 87, inciso I, da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.
- 15.8. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.
- 15.9. A aplicação das sanções fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia quando prevista na legislação federal.

## **16. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado quando o fornecedor:

16.1.1. For liberado;

16.1.2. Descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

16.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;



16.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002

16.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

16.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução da ata, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

16.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

16.4. O cancelamento da Ata, com base no artigo 78, incisos I a XI, da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02, importará à FORCEDORA as seguintes penalidades, independentemente do dever de indenizar o município ou terceiros:

16.4.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

16.4.2. Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado, cobrada proporcionalmente a etapa ou parcela cumprida, quando não for aplicada concomitantemente sanção de impedimento de licitar ou contratar;

16.4.3. Multa de 20% (vinte por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, cobrada proporcionalmente a etapa ou parcela não cumprida, quando for aplicada concomitantemente sanção de impedimento de licitar ou contratar.

16.5. O cancelamento da Ata de Registro de Preços decorrerá da abertura de processo de aplicação de penalidade.

16.6. A aplicação das sanções fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia quando prevista na legislação federal.

## **17. VINCULAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. Ficam vinculados a presente Ata de Registro de Preços, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e a proposta da FORNECEDORA.

## **18. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

18.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei n. 8.078/90, Decreto 7.892/2013 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## **19. CASOS OMISSOS**

19.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.





## 20. FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, XX de XXXXXX de 2019.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Contratada